

MONUMENTO E ENVOLTÓRIO DA CAPELA DE SÃO MIGUEL PAULISTA: relações projetuais e históricas

SILVA, TANIA C. B. M

1. Universidade Presbiteriana Mackenzie.
Rua Manoel dos Santos, 39, V.Gomes Cardim, São Paulo, SP.
tmiotto@uol.com.br

Palavras-chave: Capela de São Miguel Arcanjo (SP), patrimônio histórico, restauração

Resumo

O restauro não se estabelece buscando referências de tempo ou estilo. A integração do monumento na vida moderna tem que ser evidenciada com intervenções contemporâneas, fundamentais para que se estabeleça uma leitura para a formulação de percepções individualizadas da história. Dentro desta sincronia, a necessidade da construção de espaços que permitam abrigar serviços relacionados ao uso e manutenção dos Monumentos são fundamentais desde o início dos trabalhos. Um novo projeto tem a oportunidade de disciplinar tal uso e abrigar serviços essenciais. Partindo deste conceito, temos como estudo as alterações de configuração do entorno da Capela de São Miguel Arcanjo, situada no Bairro de São Miguel Paulista, São Paulo. Esta locação foi estudada e discutida desde o início de 2004, passando por diversas soluções de locação e layout; este processo com a prática da execução é que nos fomentou este discurso, um real aprendizado de intervenção.

1. INÍCIO DO CORPO DO TEXTO (Título de sessão numerados em sequência, Arial 12, negrito, justificado à esquerda, maiúsculas)

Estudos apontam que atribuições autênticas brasileiras estariam sendo descaracterizadas pela revitalização associada à cultura de massa, num formato de raciocínio do consumo nas atividades de entretenimento e de turismo nos centros históricos. São incoerências que as relações sociais assumem quando interagem com o uso do patrimônio.

O espaço urbano e a arquitetura enquanto lugares simbólicos têm consequência na memória coletiva, assinalando uma condição de consumo dos lugares de memória. Deve-se analisar os sentidos de políticas de revitalização do patrimônio cultural quando as imagens mostram fachadas pintadas em cores vibrantes, monumentos reformados para usos culturais e institucionais, uma

re-significação de uma memória supostamente coletiva para consumo cultural - muitas vezes enfatizando uma frágil infra-estrutura urbana.

Esta releitura das cidades por vezes coloca em foco delicadas questões: até que ponto estas intervenções contribuem para a manutenção da paisagem e da cultura local? Qual o limite entre o real/autêntico e o imaginário/falsificado? Citando Canclini (1995, p.92): “A cidade é um suporte e um lócus para a cultura de massa, um verdadeiro laboratório de relação público / privado. Dentre esses problemas e conceitos, concepções e tarefas temos a dualidade do velho e do novo.”

Uma interferência tem que considerar questões paralelas à iniciativa, os problemas sociais, de acesso, de espaço público, num âmbito global, fazendo jus às palavras de Regina Prosperi Meyer (1999, sem página), quando considera as intervenções pontuais incapazes de promover revitalizações, carecendo de um projeto que conecte âncoras para que se concretizem.

A área de implantação de uma construção de interesse especial se compromete com a vizinhança imediata, onde as normas de proteção se estendem a fim de valorizar o monumento, o perímetro urbano e as zonas mais distantes. É um valor num núcleo que se multiplica sobre a área. As intervenções de restauro nessas regiões têm a finalidade de garantir a permanência de valores que caracterizam o conjunto.ⁱ

No Estado de São Paulo a legislação diz sobre o impedimento de execução , em uma área com raio de 300 metros, em torno de qualquer edificação ou sítio tombado, antes de prévia aprovação, para preservar itens como legibilidade .ⁱⁱ (DECRETO 13.426/79)ⁱⁱⁱ

Assim, deve haver o respeito referente ao entorno ou envoltória e os órgãos estipulam diretrizes quanto a sua utilização. Com referência a valorização dos monumentos, a Carta de Atenas, 1931, p. 2, menciona o respeito sobre o carácter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos, e o cuidado com as perspectivas dos conjuntos. Quanto à exigência de se manter o entorno, a Carta de Veneza, (1964), também colaborou para que a preservação evoluísse ao reconhecer a importância das relações entre o monumento e seu envoltório.^{iv}

Em 1967, é promovido, na cidade de Quito, , um encontro que também pregava a idéia de espaço totalmente vinculada ao monumento. (Considerações Gerais, Normas de Quito, 1967, p.2). São apresentadas propostas concretas para a utilização do patrimônio, tendo em vista o panorama de transformação de áreas de poucos recursos econômicos dos países da América Latina. As recomendações sobre a conservação relacionavam necessidades da sociedade contemporânea, integradas a vida contemporânea como elemento fundamental para serem tratadas no planejamento urbano.

A Carta de Restauro Governo da Itália (1972) afirma que os centros históricos são assentamentos que se transformaram no decorrer dos tempos e que possuem um valor especial e as intervenções

de restauro nessas áreas têm a finalidade de garantir a permanência no tempo desses valores que caracterizam o conjunto. Não há impedimento de modernização da cidade, mesmo porque o uso original pode ser modificado e este acompanha idéias de renovação: “[...] já que não só a arquitetura, mas também a estrutura urbanística tem por si mesmas um significado e um valor (CARTA DO RESTAURO 1972, p16).”

A importância, além dos monumentos isolados, para a conservação de um urbanismo da arquitetura menor “é reconhecida pela Declaração de Amsterdã – Conselho da Europa” (1975), formada pelas inúmeras edificações sem importância isolada, mas de importância quando consideradas em conjunto. Na mesma linha da Carta de Veneza, a Carta de Burra (ICOMOS, em 1980) afirma a manutenção de um entorno visual apropriado (art.8º)^v e o respeito a todas as alterações realizadas ao longo do tempo, a fim de que a atividade turística não ameace a integridade local, esclarecendo que o uso não deve mudar a significação cultural.

Sobre a identidade dos bairros tradicionais e a identidade urbanística, em 1986, a Carta de Washington, reconhece a importância da preservação formada por elementos, tendo a intenção de complementar a Carta de Veneza (1964), destacando o envolvimento da população local com o sucesso da preservação. Este conceito é complementado pela Carta de Brasília, que coloca que para a manutenção da autenticidade do conjunto é essencial a manutenção do conteúdo sócio-cultural e o respeito a diversidade cultural.

É perceptível que o equipamento funciona como âncora para a recuperação do entorno, requalificando o espaço que possui mudanças que são próprias do seu desenvolvimento ao longo do tempo. É necessário conhecer, além dos aspectos históricos, o meio fundamental para que se estabeleça a ligação entre os agentes externos e a edificação. O patrimônio é um organismo dinâmico, em constante diálogo e interação com o entorno.

Analisando o entorno da Capela de São Miguel Arcanjo desde 1940, já havia contato de Luís Saia com a Prefeitura Municipal, salientando que o restauro da Capela realizado pelo SPHAN estava em fase final e que a execução do trabalho contribuiria para “o acabamento do conjunto numa mesma época” (SAIA, 1940, sem página). Lembrava também das construções na parte posterior da Igreja, que prejudicavam a visibilidade e o traçado urbano, solicitando sua desapropriação. Além desse pedido, havia a questão do desvio da Estrada Rio-São Paulo^{vi}, onde o intenso trânsito no entorno prejudicava a edificação pela vibração.

Assim, foi elaborado um novo projeto pela Prefeitura, que melhorou consideravelmente a situação do Monumento, sujeito a abalos estruturais, porém não estava solucionado o problema dos imóveis lindeiros nos fundos da Capela - uma necessária desapropriação que valorizaria o Monumento. Em 27 de Janeiro de 1943, Rodrigo Melo concordou e autorizou Saia a submeter o pedido à PMSP, solicitando o novo traçado da estrada Rio-SP. Um ano depois, houve uma reunião com o Prefeito

para que fossem tomadas com urgência as medidas; pedido que teve como prioridade as questões diretamente relacionadas à Capela, inclusive “desapropriando umas casas que estão localizadas na parte posterior do Monumento” (SAIA, 1944, sem página).

Somente em 1975 foi feito um Estudo Preliminar de remodelação da Praça Padre Aleixo, com o objetivo de resguardar a Capela da São Miguel, cercando-a com gradil de ferro. Em setembro do mesmo ano, é recebido o projeto Paisagístico, com o desvio do trânsito defronte à Capela, desapropriação dos imóveis posteriores e a ampliação do adro (área fronteira ao Monumento). Em 1983, Antonio Luis Dias de Andrade escreveu sobre o estado de conservação do Monumento, como os danos à cobertura causados pelos comícios eleitorais.

O gradil foi executado no entorno da Capela, a praça foi reformada e gerou observações e solicitações do CONDEPHAAT, relacionadas ao elemento em ferro, o aterro e vegetação alta; ineficiente iluminação e ausente vigilância noturna. Nem só a praça era elemento de controvérsia: a volumetria do local também era um item de preocupação dos órgãos.

Em 1999, em carta de José Saia Neto para Regina Celi Moreira, havia considerações sobre o projeto de remanejamento paisagístico e sobre os elementos como um palco e pergolado existentes. Neste “jogo de transferência de responsabilidades” (SAIA NETO, 1999, sem página) entre a Diocese de São Miguel e a PMSP, mendigos invadiram a Capela e fizeram uma fogueira no seu interior (1998).

Nestes procedimentos, a percepção foi de intervenções pontuais que não conectavam as fases do processo. Antes da restauração de 2006, a praça era composta por vários níveis, dos fundos para a frente da Capela. As edificações no entorno eram na sua maioria comerciais de dois e um pavimentos e o tráfego local intenso. Em março de 2007, a praça passou por remodelação (projeto do escritório Brasil Arquitetura, Arq. Marcelo Ferraz^{vii}, retirando os aterros e desníveis existentes, e eliminando construções conflitantes. A reforma da Praça se fazia necessária e a obra isolada se projetava para o sítio, numa conversa do urbanismo com o Monumento garantindo a permanência de valores como âncora do entorno. Este estudo era visível desde 1940, desde a tentativa de reposicionar a estrada Rio-São Paulo, os imóveis lindeiros e a visibilidade, traduzindo desde estes tempos a importância do entorno para a legibilidade do patrimônio.

A revitalização da praça provocou uma revisão no projeto de restauro, que propunha a construção de um bloco anexo. A construção abrigaria a Associação mantenedora-ACBJA – a manter na Capela funcionários que pudessem viabilizar o atendimento aos visitantes - tendo uma pequena recepção de apoio ao circuito de visita e desencadeou um processo de instalação, discutido desde o início de 2004, passando por diversas soluções de locação e layout.

As alterações na locação, suas justificativas e partidos se depararam com fatos como a configuração do novo adro formado; normas de atendimento de acessibilidade que tornavam os projetos volumosos, dados da Pesquisa Arqueológica provocavam restrições e o potencial para um estudo científico mais amplo, além da necessidade da remoção de árvores próxima à área de construção.

A proposta final considerou o Bloco de Apoio nos fundos da Capela, em situação aparente, sendo considerados a distância do Monumento e a legibilidade do conjunto com a mínima interferência e reversibilidade. Este último item é pertinente ao sistema construtivo do bloco, um sistema em Painéis Cimentícios e estrutura metálica, sobre base em radier que não interfere no sítio arqueológico. Esta intervenção dialoga com o Bem quando respeita seu passado e permite que se considere este partido no presente dando espaço às propostas futuras e a como o restauro deve ser: um constante diálogo entre os tempos.

ⁱ Definindo entorno de imóveis tombados, temos: É a área de projeção localizada na vizinhança dos imóveis tombados que é delimitada com objetivo de preservar a sua ambiência e impedir que novos elementos obstruam ou reduzam sua visibilidade. Compete ao órgão que efetuou o Tombamento estabelecer os limites e as diretrizes para as intervenções nas áreas de entorno de bens tombados (DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO, 2011)

ⁱⁱ DECRETO 13.426/79, art.137, gestão de Paulo Salim Maluf, então Governador de São Paulo, criando a Secretaria de Estado da Cultura .

ⁱⁱⁱ (art.137, gestão de Paulo Salim Maluf, então Governador de São Paulo, criando a Secretaria de Estado da Cultura .

^{iv} Art.1 - O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico.“

^v A expressão uso compatível designará uma utilização que não implique mudança na significação cultural da substância, modificações que sejam substancialmente reversíveis ou que requeiram um impacto mínimo (Carta de Burra, 1980, p.2).

^{vi} Ainda não existia a Via Dutra e a gestão era do Prefeito Prestes Maia

^{vii} Marcelo Ferraz é arquiteto formado pela USP, fundador da Marcenaria Baraúna com os sócios da Brasil Arquitetura, iniciando trabalhos de design de mobiliário e objetos de madeira.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Tradução: Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Rodrigo e o SPHAN. Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional, Rio de Janeiro, Pró-Memória, 1987.

ARANTES, Antonio Augusto. Revitalização da Capela de São Miguel Paulista In: _____. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ARGAN, G.C. *A história da arte como história da cidade*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Tradução: Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo, Ateliê Editorial, 2004.

BRITO, Paulo Vinício de Brito. *Capela de São Miguel Arcanjo*. São Paulo. Publicação, 2008

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2006.

_____. _____. *A Arquitetura Jesuítica no Brasil*. São Paulo, FAU/USP/MEC/IPHAN, 1978.

CURY, Isabelle (org), *Cartas Patrimoniais*, Coleção Edições do Patrimônio IPHAN, Brasília, 3ª edição, revista e aumentada, 2004.

FANUCCI, Francisco P., FERRAZ, Marcelo Carvalho, DOS SANTOS, Cecília Rodrigues, CALDEIRA, Vasco. Francisco Fanucci, *Marcelo Ferraz: Brasil Arquitetura*. Editora Cosac Naify, São Paulo, 2005.

FERRAZ, Marcelo C. (Org.). Lina Bo Bardi. São Paulo, Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi, 1993.

FONSECA, Maria Cecília Lurdes, *O Patrimônio em Processo - A trajetória da política Federal do preservação do Brasil*. RJ, UFRJ/ Minc- IPHAN, 1997.

GONÇALVES, Cristiane Souza. *Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975*. São Paulo, Annablume / Fapesp, 2007

GUIMARAENS, Cêça Paradoxos entrelaçados: as torres para o futuro e a tradição nacional. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vertice, 1990

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.

JULIANI, Lúcia J.C., *Etapa de Prospecção Arqueológica. Relatório Final*. Capela de São Miguel Paulista, 1622., Instituição de Apoio: Prefeitura do Município de São Paulo - Secretaria Municipal de Cultura - Departamento do Patrimônio Histórico, 2007

KUHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. Cotia, Atelie Editorial, 1998.

LEMOS, Carlos. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo, Brasiliense, 1981

RIEGL, Aloïs. 1903. *Monumentos: Valores Atribuídos e sua Valorização Histórica*. Tradução: Les Valeurs Monumentales et leur Evolution Historique, in *Le Culte Moderne des Monuments:son Essence e as Genèse*; Paris; 1984 Revista Museologia, Nº 1, 1989.

RUSKIN,John. *A Lâmpada da Memória*. São Paulo, Atelie Editorial, 2008

SAIA, Luís. *Morada Paulista*. Coleção Debates, G3. São Paulo, Editora Perspectiva, 1976.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. *Novas Fronteiras e Novos Pactos para o patrimônio Cultural.*, São Paulo: Perspectiva,. vol.15 no.2 , 2001.

SANTOS, Milton.MARQUES, Maria Cristina. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*.São Paulo,Editora Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS,Mílton Santos, DE SOUZA, Maria Adélia Aparecida ,SILVEIRA, María Laura .Território: globalização e fragmentação.São Paulo,Editora Hucitec, 1994.

SITTE, Camilo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo. Ática, 1992 (c.1889).

SORKIN, Michael. *Patrimônio arquitetônico e metrópoles em extensão*. Rua – Revista de Urbanismo e Arquitetura, v. 1, n. 8 (Patrimônio: Maquinaria e Memória). Salvador, jul./dez. 2003, p. 15.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Tradução de Beatriz Kühl. Série Artes & Ofícios. São Paulo, Ateliê Editorial, 2000.

ZANCHETI, Silvio. *Conservação Integrada e Novas Estratégias de Gestão*, 4º Encontro do Seminário Internacional sobre a Revitalização